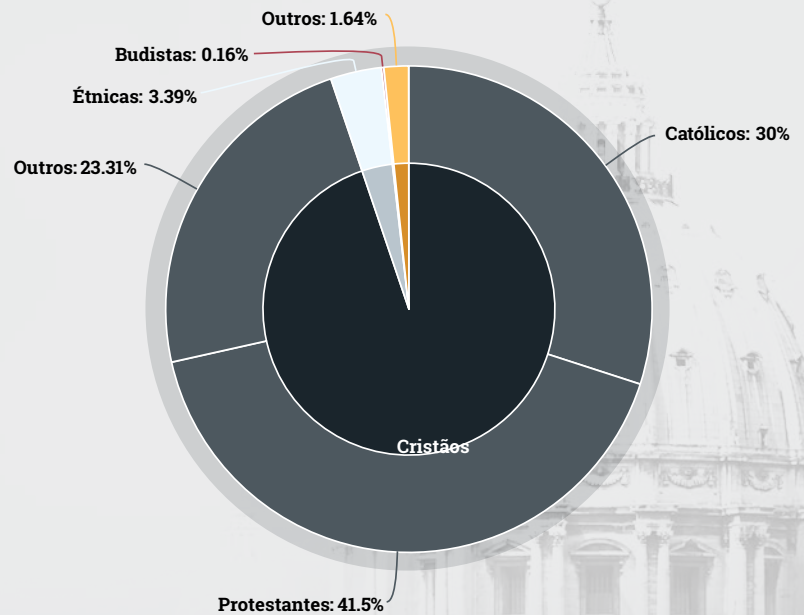
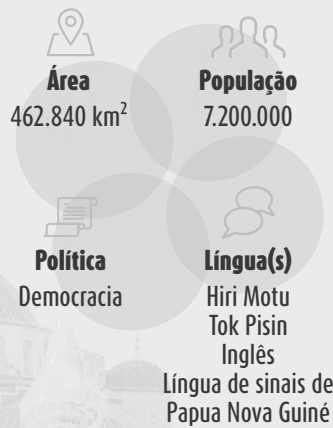


Papua Nova Guiné



O Estado Independente da Papua Nova Guiné ocupa a metade leste da ilha de Nova Guiné e as suas ilhas na Melanésia. A capital, Port Moresby, localiza-se na costa sudeste. É um dos países do mundo com maior diversidade cultural, com 848 línguas. A maioria dos seus sete milhões de habitantes vive em comunidades tradicionais diversas em zonas rurais. Apenas 18% da população vive em zonas urbanas. A Papua Nova Guiné obteve a independência em 1975, tendo estabelecido a sua soberania após quase sessenta anos de domínio australiano. O país tornou-se membro da Commonwealth por direito próprio como reino independente da Commonwealth e tem a Rainha Isabel II como sua chefe de estado.

Não existe religião estatal e os cidadãos são livres de praticar em público qualquer fé que escolham, desde que isso não interfira com a liberdade dos outros. De acordo com o recenseamento mais recente do ano 2000, 98% dos cidadãos identificam-se como cristãos. Há cerca de 5.000 muçulmanos no país. Os seguidores da fé bahá'í constituem menos de 1% da população, enquanto os restantes têm crenças indígenas. Pensa-se que cerca de 34% da população que se identifica como cristã também tem alguma crença tradicional.^[1]

INCIDENTES

Embora o Cristianismo seja a religião prevalecente, as crenças religiosas indígenas continuam sendo amplamente praticadas.

Muitas pessoas crêem na feitiçaria ou bruxaria e, de acordo com o site Every Culture, em algumas sociedades lideradas por um chefe, os chefes hereditários e os seus braços-direitos funcionam como especialistas religiosos.^[2] Os homens alegam frequentemente possuir poderes especiais e agir como médiuns espíritas, enquanto as bruxas são vistas como criaturas nocivas e são marginalizadas. Em outubro, surgiu um vídeo online com quatro mulheres jovens acusadas de bruxaria sendo torturadas pelas aldeões.^[3] Uma das mulheres alegadamente morreu no ataque que ocorreu na província remota de Enga, nas terras altas da Papua Nova Guiné. O Governo da Papua Nova Guiné desenvolveu um plano de ação para combater estes ataques a mulheres, mas estes incidentes continuaram acontecendo. Grupos como o Seeds Theatre Group usam o teatro como ferramenta de comunicação para abordar questões atuais que afetam a Papua Nova Guiné. Em fevereiro de 2015, dois homens resgataram uma mulher idosa acusada de bruxaria, impedindo-a de ser torturada dias depois de ter recebido formação do grupo do Seeds Theatre Group sobre combate às chamadas mortes por feitiçaria. Os homens conseguiram intervir depois de terem encontrado a mulher sendo atormentada por um grupo de jovens por descansar perto de um cemitério após a conclusão de um funeral. O grupo de teatro gere a campanha de um mês chamada Women not Witches [Mulheres e não Bruxas], que obteve apoio da Igreja e de grupos comunitários no país.^[4]

[2] <http://www.everyculture.com/No-Sa/Papua-New-Guinea.html?Comments%5Bdo%5D=mod&Comments%5Bid%5D=21>

[3] <http://www.ibtimes.co.uk/papua-new-guinea-witches-stripped-naked-tortured-horrific-video-1525394>

[4] <http://www.abc.net.au/news/2015-02-11/png-men-rescue-tortured-woman-accused-of-sorcery/6084106>

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper>

As provas da maior intolerância de grupos não cristãos também aumentaram durante o período em análise. Em julho de 2013, o Parlamento aprovou uma moção para realizar uma consulta nacional sobre a questão da liberdade religiosa e decidir se proíbe as crenças que não são cristãs. Anderson Agiru, Governador da província de Hela, disse que acreditava que todas as outras religiões deviam ser banidas do país, numa declaração que teve amplas críticas e que foi condenada pelo porta-voz dos bispos da Papua Nova Guiné. No site dos bispos, o Padre Giorgio Licini disse: “Não é proibindo outras crenças que nos tornamos mais cristãos. O Cristianismo pode muito bem definir algum tipo de identidade cultural na Papua Nova Guiné moderna e nas suas 850 tribos. Mas nunca devemos nos esquecer que a verdadeira fé é algo muito além das disposições constitucionais, dos livros jurídicos e até das práticas diárias. E ninguém pode ser impedido de professar as suas próprias crenças, tanto em privado como em público.”

A decisão do Governo de aprovar a moção levantou preocupações a nível internacional quando o antigo primeiro-ministro australiano Kevin Rudd fez uma revisão da política de asilo em 2013 através da qual os refugiados e requerentes de asilo que procurem instalar-se na Austrália serão em vez disso enviados para a Papua Nova Guiné. O acordo entre os dois países, conhecido como Acordo de Reassentamento Regional, foi muito criticado pelos que argumentam que os refugiados com crenças religiosas diversificadas não podiam ser enviados para um país que estava a planejar novas leis para os não cristãos.

Em 2013, o presidente do Parlamento Theo Zurenuoc enfureceu o estado da Commonwealth depois de ter destruído vários painéis de madeira e artefatos culturalmente importantes no Parlamento. No que muitos descreveram como uma “febre cristã evangélica”, Zurenuoc retirou imagens tradicionais que alegou serem não cristãs e disse que esperava substituir um tótem de quatro toneladas e cerca de 9 m de altura do grande hall de entrada do Parlamento por um pilar de estilo mais cristão.^[5] Para defender as suas ações, Zurenuoc mostrou um anúncio de jornal de quatro páginas, mas os protestos públicos e uma petição online apelando a “uma intervenção mais forte para proteger o patrimônio cultural da Papua Nova Guiné da destruição intencional por parte de extremistas religiosos” forçou o presidente do parlamento a adiar os seus planos.^[6] Em 2015, a Sociedade de Profissionais Católicos anunciou que iria lançar um caso em tribunal contra os planos do Sr. Zurenuoc de reformar os objetos culturais tradicionais do Parlamento e reencaimá-lo para a Comissão do Provedor de Justiça para ser investigado. As ações de Zurenuoc também foram criticadas por outros políticos. O antigo primeiro-ministro da Papua Nova Guiné, Sir Michael Somare, disse acreditar que o presidente do Parlamento podia estar infringindo a seção 45 da

[5] <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/australiaandthepacific/papuanewguinea/10534323/Evangelical-Christian-speaker-of-Papua-New-Guineas-parliament-destroys-evil-pagan-carvings.html>

[6] <http://www.abc.net.au/news/2013-12-18/an-png-totem/5166086>

Constituição ao forçar as suas perspectivas pessoais sobre religião, pois não tinha sido procurada aprovação parlamentar. O deputado de Bulolo, Sam Basil, convidou Zurenuoc a “regressar ao seminário e tornar-se pastor”^[7] O secretário-geral do Congresso Sindical, John Paska, também apresentou um caso ao Supremo Tribunal para se determinar se o comportamento do presidente do Parlamento violou a Constituição.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

Durante o período em análise, o Governo não subsidiou a prática da religião, dando em vez disso apoio a instituições como escolas e serviços de saúde geridos pela Igreja. Após a independência, o Governo não tinha fundos para assumir estas instituições e acordou apoiar as suas direções em função do número de pessoas. O Governo também continuou pagando os salários de professores e profissionais de saúde que eram contratados por organizações geridas pela Igreja. O Departamento de Educação continuou atribuindo uma hora por semana para aulas de instrução religiosa em todas as escolas públicas. Estas aulas foram dadas por representantes da Igreja e os alunos não eram obrigados a frequentá-las. As crianças cujos pais se opuseram a estas aulas foram isentadas. Os membros de organizações não cristãs deram instrução religiosa durante os encontros de grupo fora do horário escolar.

Embora o aumento de novos missionários, tanto cristãos como não cristãos, tenha levado algumas figuras públicas a questionar a conveniência do estabelecimento destes grupos, o Governo em geral tem aceitado as novas crenças. Em dezembro de 2014, milhares de denominações cristãs diferentes marcharam em Port Moresby para celebrar a liberdade religiosa.^[8] A marcha foi organizada pela Igreja Adventista, no culminar de uma grande conferência realizada no campus da Universidade Adventista do Pacífico, sobre o assunto da liberdade religiosa cujo anfitrião era a organização de filiação adventista International Religious Liberty Association (IRLA) [Associação da Liberdade Religiosa Internacional]. O evento teve a participação de responsáveis governamentais e de líderes de várias religiões, num esforço para promover o diálogo interreligioso. A presidente da Igreja Adventista na Papua Nova Guiné, Leigh Rice, disse que a marcha era uma maneira de reconhecer a liberdade religiosa que muitos países não têm. Rice disse: “Sabemos que muitos dos nossos membros em todo o mundo vivem sob enorme pressão. Que maravilha que este país nos conceda liberdade a nós e não só a nós, mas a um amplo leque de práticas religiosas.” O Governo aprovou

[7] <http://www.radionz.co.nz/international/pacific-news/283492/png's-reformationist-speaker-urged-to-become-a-pastor>

[8] <http://www.adventistreview.org/church-news/adventists-lead-major-celebration-of-religious-freedom-in-papua-new-guinea>

uma subvenção de 10.000 kinas (3.477 €) para uma nova fase de expansão local do movimento da liberdade religiosa por parte da IRLA na Papua Nova Guiné. Delilah Gore, ministra da Papua Nova Guiné para a Comunidade, Juventude e Religião, disse que a nova fase da IRLA irá “nos ajudar a gerir de forma pacífica e sustentável o crescimento da nossa diversidade religiosa”.

A Constituição permite o direito à “liberdade de consciência, pensamento e religião, e a prática da própria religião e crenças, incluindo a liberdade de manifestar e propagar a própria religião e crenças”. Há bastante tempo que se considera que isto significa que a religião pode ser praticada ou propaganda desde que não infrinja os direitos de outra pessoa ou viole a “defesa, segurança pública, ordem pública, bem-estar público, saúde pública, a proteção das crianças e das pessoas com deficiência, ou o desenvolvimento dos grupos ou áreas desfavorecidos ou menos evoluídos”. O início da Constituição destaca a ligação do país ao Cristianismo, ligado às tradições e princípios cristãos, apesar de não haver uma religião oficial do Estado. É necessário que as organizações religiosas registrem a sua existência junto do Governo para que possam ter conta bancária, mas não tem havido relatos do registro ser recusado. As pessoas que não têm a nacionalidade são livres de praticar a sua fé, enquanto o clero estrangeiro está autorizado a se envolver em atividades missionárias quando visita o país.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O relatório da liberdade no mundo de 2015 da organização Freedom House descreve a Papua Nova Guiné como “parcialmente livre”, com uma pontuação de 4 para os direitos políticos, 3 para os direitos civis e 3,5 como pontuação global de liberdade, numa escala de 1 (muito livre) a 7 (menos livre).^[9] A descida nas pontuações em relação ao último relatório deve-se em parte ao aumento do estilo opressivo de liderança do primeiro-ministro Peter O’Neill. O relatório refere igualmente que, embora a liberdade de culto religioso tenha sido em geral respeitada na prática, alguns autóctones estão apreensivos com o recente aumento rápido da comunidade muçulmana num país predominantemente muçulmano.

No entanto, de acordo com o Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2014 do Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, não há relatos de medidas sociais ou governamentais significativas que tenham afetado a liberdade religiosa.

[9] <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/papua-new-guinea>